

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

ESTRANGEIROS NO BRASIL

Conde Emmanuel de BENNIGSEN*

A obra “Estrangeiros ilustres no Brasil”, do Visconde de Taunay, devia ter, como primeiro ensaio do gênero, algumas lacunas, aliás inevitáveis, e que, no correr dos anos, foram aos poucos preenchidas por outros autores. Assim, Mário de Lima Barbosa publicou um livro magistral, “Os franceses na História do Brasil”, no qual se encontram novos detalhes sobre alguns viajantes que aqui estiveram. Há tempos, também dei a conhecer aos leitores de “O Estado” as impressões de viajantes russos, quando passaram por Santa Catarina no início do século XIX. Vou agora fornecer alguns pormenores sobre estrangeiros cuja estada no Brasil consta da obra de Lima Barbosa, bem como a respeito de um russo, cuja visita parece não haver deixado traços entre nós.

Lima Barbosa refere-se à permanência involuntária de Napoleão III na baía do Rio de Janeiro, após o malogro de sua aventura de Strasburgo. Cita duas cartas em que Napoleão conta à sua mãe as belezas dessa baía, falando, ao mesmo tempo, na possibilidade de instalar-se na América do Sul. Talvez fosse possível encontrar os pormenores dessa estada, assim como da viagem, nos arquivos da Marinha Francesa,

(*) Do Conde Emmanuel de Bennigsen retiramos um dos primeiros “recortes” divulgados por esta publicação (nº 158, de 1995), versando sobre “Maquiavel e o maquiavelismo”. Lembramos, na ocasião, sua qualidade de nobre russo exilado pela revolução de 1917 e radicado em São Paulo, onde viveu até o seu falecimento. Colaborou assiduamente em “O Estado de S. Paulo”, sempre com temas de grande interesse relativos à história, literatura, política, etc. O artigo que aqui se transcreve data de 1º de julho de 1943.

entre os arquivos do capitão De Villeneuve, comandante da “Andromède”, que conduzia o príncipe. As ordens secretas, abertas no mar, recomendavam àquele oficial que conduzisse Luís Napoleão ao Rio de Janeiro, sem desembarcá-lo ali e impedindo qualquer comunicação com o príncipe. Depois de fazer no Brasil as necessárias provisões, o navio devia seguir para Nova York. Nessas condições, chegando ao Rio de Janeiro em 1837, Napoleão não pôde pisar o solo brasileiro, sendo-lhe dado apenas de bordo do “Andromède” contemplar as belezas da capital do país.

Vinte anos antes, estive no Rio o conde de Balmen, delegado do imperador da Rússia em Santa Helena, onde devia vigiar Napoleão. Sabe-se que Balmen, bem como seus colegas austríacos e franceses não foram recebidos por Napoleão, pois, da mesma forma que as autoridades britânicas, eles não reconheciam no prisioneiro o título de Imperador. Nada tendo, pois, a fazer em Santa Helena, Balmeon resolveu visitar o Rio, talvez para ali pôr-se a par dos rumores de preparos da evasão de Bonaparte. Na capital do Brasil foi recebido por Pedro I, então ainda regente. A impressão que o diplomata austríaco teve desse príncipe não foi das melhores, pois não viu nele traço algum de inteligência superior. Balmen deixou memórias dessa passagem de sua vida e que não foram publicadas até agora. Essas memórias estavam, até antes da atual guerra, em Paris, em poder da viúva do último representante de sua família. Parte delas foi utilizada pelo romancista Aldanoff para o seu livro “Santa Helena, pequena ilha”. Balmen não permaneceu muito tempo em Santa Helena, onde se casou com uma encantadora moça, sobrinha do governador da ilha, sir Hudson Lowe. Regressando a Petersburgo, foi quase imediatamente enviado, em missão extraordinária, para a China, para onde partiu, deixando na Rússia sua jovem esposa. Quando voltou, encontrou-a mãe de um menino, cuja paternidade se atribuíra a Alexandre I, o qual, apesar de seu misticismo, não foi indiferente à beleza feminina. Com a mulher e o filho, Balmen fez uma viagem ao estrangeiro, viagem essa de que tornou sozinho, não se havendo mais falado na esposa do diplomata.

Mais longa foi a permanência, no Brasil, de outros dois estrangeiros, cujos nomes estão ligados ao de Napoleão I: o de seu ajudante-de-campo general conde de Hogendorp e o de uma das mulheres

que causaram em Napoleão grande impressão, Madame Fourés. Ambos são citados por Lima Barbosa, porém sem grandes pormenores. O romance de Napoleão com Madame Fourés, cujo nome de família era Bellisle, desenrolou-se no Egito, aonde, em trajes masculinos, ela acompanhou o marido, tenente Fourés. No Cairo, já haviam sido apresentadas ao imperador meia dúzia de mulheres orientais que, entretanto, não despertaram nele nenhuma simpatia. Era o tempo em que o general se considerava livre, após a traição de Josefina na campanha da Itália. Gostando de Madame Fourés, mulher pequena, loura, de olhos azúis e muito bonita, Napoleão mandou para a França o tenente Fourés, em missão de correio, e aproveitou-se da ausência deste para substituí-lo. Essa ligação era assunto de todas as rodas, pois Napoleão comparecia com a mulher a todas as festas e, quando passeava com ela, os seus guardas, entre os quais figurava Eugênio de Beauharnais, filho de Josefina, faziam a guarda de honra de carruagem. Mas o navio que conduzia o tenente Fourés foi capturado pelos ingleses, que levaram o jovem oficial para o Egito, sob promessa de não pegar em armas contra eles. Ali, a primeira coisa que Fourés fez foi dar uma sova na mulher e, depois, requerer divórcio, que foi logo concedido.

A “Belilotte”, como então a apelidaram, desempenhou junto de Bonaparte o papel de Cleópatra. “Lá vem nossa generala”, dizia-se. Massou assegurava que se ela desse um filho a Napoleão, este a teria desposado. Mas a tolinha não sabia conseguir isso, e dizia: “A culpa não é minha”.

Ao deixar o Egito, Napoleão deu ordem para que Madame Fourés fosse para a França; entretanto, Kleber e Menon não se apressaram em cumprir a determinação do general e, quando ela chegou à França, Napoleão já era primeiro-cônsul e rigoroso em matéria de costumes. Não quis mais vê-la, mas jamais lhe recusou auxílios em dinheiro. Ainda em 1811, deu-lhe 60.000 francos e comprou-lhe uma casa de campo perto de Paris. Ela em 1800, ela desposou um oficial reformado, Ranchoup, que se dizia nobre, embora sem motivo algum. Por sua vez, Madame Ranchoup mais tarde também se dizia condessa e, ainda, com menos razão. Ranchoup foi, logo depois, nomeado cônsul na Espanha e na Suécia, porém a mulher sempre ficou em Paris, freqüentando a sociedade, onde a achavam

muito inteligente e agradável. Teve, então, diversos amantes e, por vezes, dois ao mesmo tempo.

Finalmente, aborrecido pelas constantes ligações da mulher, Ranchoup requereu e obteve separação de corpos e bens. Foi quando “Belilotte” publicou seu primeiro romance, “Lord Wentworth”, seguido mais tarde, de outro, “Uma castelã do século XII”, obras essas que obtiveram certo êxito. Sua vida frívola e sem preocupações durou até 1816, quando ela se viu arruinada. Era então seu amante um certo Bellard, ex-oficial da Guarda Imperial. Ela vendeu o mobiliário de sua casa, comprou grande quantidade de mercadorias e partiu com Bellard para o Brasil, onde vendeu com bom lucro o que trouxera, regressando, em seguida, à França para vender lá madeira de acajú e pau-santo. Deve ter sido boa negociante, pois havendo rompido logo depois com Bellard, continuou a comerciar entre o Brasil e a França até 1829, conseguindo com isso considerável fortuna. A princípio dizia-se que havia ido ao Brasil para libertar Napoleão de Santa Helena. Em suas memórias, a duquesa de Abrantes se refere a esse fato. Até dos protestos da Belilotte, até 1825, quatro anos depois da morte do Imperador, ela esteve vigiada pela polícia real. De 1829 em diante, fixou residência em Paris, onde viveu ainda trinta anos, cercada sempre de muitos amigos, entre os quais figurava a célebre animalista Rosa Bonheur. Antes de morrer, queimou sua correspondência, porisso, o que nesses papéis pode haver sobre sua permanência no Brasil deve estar aqui, se ainda existir algo a respeito.

A última personagem que vale registrar no relato que ora fazemos, é o conde Dirk de Hogendorp. Holandês de origem, trabalhou, a princípio, em sua pátria e nas colônias desta; entretanto, depois da anexação da Holanda à França, entrou para o serviço militar de Napoleão. Foi um dos conselheiros do rei Luís Bonaparte, seu ministro da guerra e, em seguida, seu embaixador em Viena e Madrid. Desde 1810 esteve a serviço de Napoleão, tendo sido ajudante de campo do imperador a partir de março de 1812. Feito conde do Império, foi provido num morgadio em Brunswick e, durante a guerra de 1812, nomeado governador-geral da Lituânia. Desde junho de 1813 ocupou o cargo de governador de Hamburgo. Nas memórias do general Bennigsen, meu antepassado, que cercou Hamburgo em 1814, consta que Hogendorp fora nomeado governador desta cidade para fazer sentir “aos pobres hamburgueses a

cólera do imperador, pois Hogendorp se caracterizava por seu caráter duro e interesseiro”.

Durante o cerco de Hamburgo, onde em 1814 se encerrara o Marechal Dabout, as relações entre este e Hogendorp foram as mais tensas; e o conde se queixava até de haver sido caluniado pelo marechal. Terminadas as hostilidades, Hogendorp foi nomeado para um alto cargo na Holanda, mas quando Napoleão fugiu da Ilha de Elba e voltou para Paris, o general foi imediatamente reunir-se a ele.

Depois de Waterloo, sua situação tornou-se insustentável tanto na França como na Holanda, o que o levou a emigrar para o Brasil, onde viveu em situação material bem penível, desde 1814 a 1822. É provável que nem tenha sabido que, pelo codicílio de 24 de abril de 1821, Napoleão deixara cem mil francos “ao general Hogendorp”.

No Brasil Hogendorp escreveu suas memórias, das quais uma cópia, feita provavelmente em 1819-1820 por Th. Taunay, foi enviada pelo general a Jacques Arago, que a isso se refere em suas “Memórias de um cego: viagem ao redor do mundo em 1817-1820”. Em 1886, os herdeiros de Hogendorp publicaram as memórias deste, mas esses documentos não se referiam à vida do general no Brasil. Recentemente, durante a atual guerra, publicou-se em França um livro sobre Hogendorp e que, segundo as notas bibliográficas, contém suas cartas do Brasil; esse livro, porém, ainda não chegou a São Paulo. Nessas condições, a respeito dos últimos anos da vida de Hogendorp consta somente o que foi contado por Arago.

Passeando um dia pelo Corcovado, Arago sentiu muita sede e entrou numa modesta casinha isolada onde viu um grande retrato de um general francês. Um velho que lá estava aproximou-se e explicou-lhe que o retrato era do conde Hogendorp. Arago pediu-lhe um copo d’água, sendo-lhe servido vinho de laranja. Hogendorp ali vivia vendendo esse vinho e carvão vegetal, que queimava e levava para o mercado do Rio. Mas, tirante o vinho, não possuía senão frutas, chegando a faltar-lhe pão. Hogendorp contou a Arago que os seus inimigos na Europa assoalhavam que ele possuía no Brasil grande quantidade de escravos, quando, na realidade, não tinha mais que um, o fiel Singa. Dias depois, Arago fez nova excursão ao Corcovado a fim de conhecer a floresta virgem, tão

imponente, desse “belo Brasil, imenso jardim”; nessa ocasião, foi até a casa de Hogendorp levar-lhe pão...

Arago transcreve as opiniões que colheu no Rio a respeito do general. Os franceses o admiravam: “Que nobre alma, que coragem e resignação no infortúnio!” - diziam. Entretanto, um nobre brasileiro o qualificou de louco e idiota, por haver recusado alto posto no exército nacional, sob a elegação de ser possível utilizar-se um dia de sua espada contra os franceses. Todavia, é de supor que outro fosse o verdadeiro motivo dessa recusa. Deixando a carreira no país natal somente para ser fiel ao imperador, Hogendorp teria provavelmente encarado seu ingresso no exército brasileiro, que então fazia parte do exército português, como traição moral a Napoleão, não tendo, portanto, querido seguir, nesse particular, os seus companheiros de armas. Íntegro, preferiu manter a honra mesmo ao preço da própria miséria; e morreu, deixando aos descendentes um nome sem mácula. Parece que sua memória não deixou vestígios no Brasil, onde apenas seu corpo teve repouso eterno.